

<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/161>

# Áudio-descrição no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: um estudo morfológico

Paulo Augusto Almeida Seemann[[1]](#footnote-1)

Rosângela A. Ferreira Lima[[2]](#footnote-2)

Francisco José de Lima[[3]](#footnote-3)

## Resumo

O presente artigo discute a formação da palavra áudio-descrição, tendo como base os estudos da morfologia e do atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O objetivo deste trabalho é contribuir para dirimir dúvidas sobre a grafia daquela palavra, visto que se acha, de um lado, que ela deve ser grafada sem hífen, e de outro, que se defende a grafia do verbete com o traço de união. Os defensores da grafia de “audiodescrição”, entendem que este vocábulo tem como base morfológica a mesma regra que leva o termo “audiovisual” a ser grafado sem hífen e sem acento. Para os que entendem que o léxico áudio-descrição deve ser grafado com hífen, este conceito é compreendido como a composição de dois léxicos distintos, os quais, unidos pelo hífen, tornam-se uma unidade semântica com sentido próprio e diverso dos termos que lhe deram origem. Conclui-se que grafar áudio-descrição (com hífen) não é meramente um preciosismo linguístico. É, ao contrário, a observância do que determina a Base XV do Decreto Nº. 6.583/2008 e é, principalmente, assumir posição diferenciada sobre a conceituação do termo áudio-descrição, distinguindo-o de descrição em áudio (descrição falada) para conceituá-lo como tradução visual (áudio-descrição daqueles eventos visuais, os quais, por alguma razão, não estejam disponíveis ao indivíduo com deficiência visual e/ou outras), seja porque tais eventos não são/estão deduzidos pelos sons, pela trilha sonora da obra, seja porque não são/estão deduzidos pela cognição ou pelo intelecto do espectador/observador.

Palavras-chave: áudio-descrição, formação de palavra, composição, Acordo Ortográfico, morfologia.

## 1- Introdução

Desde os primórdios de sua história o homem vem buscando cada vez mais aperfeiçoar seus conhecimentos linguísticos, procurando na língua uma melhor forma de se comunicar, levar e trazer conhecimento, expressar e receber informações, interagir com os de sua espécie. Essa comunicação ultrapassa os limites da origem da palavra latina *communicare* (por em comum), alcançando os limites da própria existência humana.

Em outras palavras, a vida em sociedade exige que o homem busque, a todo tempo e “preço”, uma comunicação mais eficaz, que vai além da simples ação de por em comum uma informação entre os partícipes, sendo capaz de promover a real interação social, a persuasão, a busca e a produção de conhecimentos.

A linguagem verbal, sendo uma faculdade humana, permeia todas as ações humanas e está a serviço das mínimas necessidades do homem (Langacker,1987).

A cada nova busca do homem por conhecimentos, a linguagem se renova e o homem pode dispor, de um número limitado de palavras, um número ilimitado de novas manifestações linguísticas. Em outras palavras, qualquer língua é heterogênea, é um organismo vivo, em constante renovação (Chomsky, 1998).

Nesse sentido, a conceituação de linguagem, acima aludida, deixa de significar exclusivamente as línguas orais e abriga as línguas de sinais (também chamadas línguas gestuais), e que são tidas e havidas como língua de comunicação social de pessoas surdas, alhures e em nosso país.

Muito embora a língua seja variável, heterogênea, não se pode, a cada momento que se precisa expressar algo novo, ou com uma matiz nova, criar novos signos, expandindo a língua indefinidamente, pois isso acarretaria uma sobrecarga da memória dos usuários, restringindo-lhes a comunicação, em lugar de a expandir.

Consoante Basílio (2004):

Imaginem, por exemplo, se cada conceito novo que surgisse fosse correspondente a algo como um número de telefone: o número de seqüências que poderíamos realmente guardar na memória seria mínimo em relação a nossas necessidades. Por outro lado, números de telefone não podem ser deduzidos de regras gerais; têm que ser comunicados e decorados, o que significa que não poderíamos ter no léxico uma expansão imediata. (Basílio, 2004:10)

Dessa maneira, ao invés de serem criados novos signos, eles são renovados, reformulados. A expansão do léxico se realiza através de empréstimos de outras línguas ou através do processo de formação de palavras, que consiste em construir novas palavras, através de um léxico já existente.

A disciplina linguística que estuda o processo de formação das palavras é a Morfologia.

No presente artigo, se discutirá a formação da palavra áudio-descrição, tendo como base os estudos da morfologia e do atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, visto que tem havido uma controvérsia na grafia daquela palavra, de um lado achando-se que ela deve ser grafada sem hífen, e de outro, defendendo-se a grafia com o traço de união.

Para os defensores da grafia “audiodescrição” (sem hífen), entende-se que este termo tem como base morfológica a mesma regra que leva “audiovisual” a ser grafado sem hífen e sem acento.

Para os que entendem que o verbete áudio-descrição deve ser grafado com hífen, esse conceito é a composição de dois léxicos distintos, os quais unidos pelo hífen, tornam-se uma unidade semântica com sentido próprio e diverso dos termos originais.

## 2- Fomação da palavra

Antes de entrarmos na discussão sobre a grafia do termo áudio-descrição, é preciso trazer um pouco da construção desta área de conhecimento, cujas bases estão fincadas na tradução visual, a fim de deixar claro que áudio-descrição não é uma descrição em áudio, descrição falada ou narrada, mas uma composição a partir da união dos termos áudio e descrição.

Trata-se de um gênero tradutório nutrido pela semiótica, em que se traduz eventos visuais em palavras, sejam oralizadas, sinalizadas (no caso de língua de sinais) ou por escrito (em braille, por meio eletrônico, etc), confira em Lima et all (2009).

A áudio-descrição, inicialmente pensada para descrever imagens para pessoa com deficiência visual, mostrou-se um recurso semiótico de grande potencial também para uso de pessoas com deficiência intelectual, e hoje é reconhecidamente um recurso de tecnologia assistiva, na área da comunicação (Decreto Federal 5296/2004).

Diferente de uma descrição, a áudio-descrição, enquanto tradução visual, tem como objetivo primordial eliciar, na mente de quem ouve ou lê, as imagens eliciadas na mente de quem as pode ver. Neste sentido, a áudio-descrição serve a todos aqueles que, em algum momento, esteja privado da visão, ou por alguma razão não tenha acesso visual ao evento imagético, estático ou dinâmico.

Considerando que a tradução visual tem como objetivo o empoderamento do cliente deste serviço, não se a pode confundir com uma descrição falada, locucionada, descrição esta feita desde sempre na história humana, quando se quer comunicar algo que se viu ou vivenciou a alguém que não tomou parte do que foi visto ou vivenciado.

O ato tradutório da áudio-descrição, para além de seguir diretrizes específicas, técnicas consagradas ao empoderamento do cliente, encerra o entendimento de que na tradução visual o foco não é explicar ao cliente o que se está vendo, mas permitir a este ver aquilo que ele não pode enxergar.

Na áudio-descrição fílmica, por exemplo, não se descreverá tudo o que é mostrado, mas se traduzirá tudo o que é necessário para a compreensão do evento visual, dentro dos intervalos entre as falas, sem sobreposição da áudio-descrição sobre os diálogos e nem mesmo sobre certos sons (uma música, por exemplo) necessários à apreciação e/ou compreensão da obra.

Portanto, ao tratar de áudio-descrição, não se está falando de uma descrição despreocupada, linear ou genérica do que se vê, mas de uma tradução visual esteada na observação, no empoderamento do cliente, na pesquisa e no estudo semiótico da obra observada, no conhecimento a respeito do cliente da áudio-descrição, e sobretudo numa áudio-descrição isenta de barreiras atitudinais sobre o potencial da pessoa com deficiência, sua capacidade para compreender eventos visuais e, principalmente, com o espírito de que a pessoa com deficiência visual tem potencial cognitivo assim para construir as imagens a partir do que ouve, como compreendê-las no contexto em que forem empregadas (Lima e Lima, 2012).

Em síntese, a áudio-descrição (tradução visual semiótica) é semelhante a uma tradução lingual: a tradução do evento visual (língua de partida) em palavras (língua de chegada), construída com profundo conhecimento do vernáculo, das culturas envolvidas, da intencionalidade do remetente (do autor, do diretor, artista, etc) e do destinatário (o espectador ou estudioso, com esta ou aquela deficiência).

No ato tradutório da áudio-descrição, pois, encontrar-se-ão as vicissitudes de uma tradução, inclusive aquelas oriundas de uma tradução literal ou daquelas que precisarão conhecer as peculiaridades “da língua de chegada”, isto é, de como a pessoa cega ou com baixa visão vê.

Ao se discutir o uso ou não de hífen no termo áudio-descrição, tem-se, portanto, que levar em consideração o conceito deste léxico, que, conforme acima exposto, é a composição especializada de um novo termo, a partir de duas palavras do vocabulário hodierno, inclusive do comum das pessoas.

Destarte, ao se tratar aqui do uso do traço de união na grafia de áudio-descrição, o que se quer determinar é qual a grafia correta à luz da gramática normativa vigente, considerando a especificidade/especialização desse léxico.

Segundo a teoria linguística de Saussure (2003[1916]), uma palavra ou termo é um “signo linguístico”, formado pela união de um “significante”, que é a parte concreta (o som e/ou a grafia), com um “significado”, que é o conceito, a imagem mental que fazemos quando escutamos, pronunciamos, lemos ou escrevemos tal palavra. Dessa forma, não se pode questionar o uso ou não de hífen com base apenas no significante.

Deve-se grafar “abaixo assinado” ou “abaixo-assinado”? Resposta: depende. Depende do significado atribuído ao significante. Se abaixo-assinado referir ao documento no qual se propõe algo e é assinado por muitas pessoas (uma petição, um requerimento), trata-se do substantivo com sentido próprio, distinto dos termos que o compõem, daí ser grafado com hífen; se abaixo assinado referir àquele que subscreve o documento, trata-se de uma locução adjetiva e, portanto, deve ser grafado separado, sem hífen (“Nós, abaixo assinado, solicitamos...”).

Do exemplo acima, depreende-se que ao se lançar mão de dois significantes, pode-se criar um terceiro, com significado diferente dos anteriores. O processo utilizado no caso supra, por exemplo, foi o de composição.

No entanto, são vários os processos de formação da palavra em Língua Portuguesa, entre eles os mais comuns são a derivação e a composição.

A **derivação** é a formação de palavra por meio de afixos, anexados (através de hifen ou não) a uma palavra primitiva[[4]](#footnote-4), ou seja, uma palavra que possui autonomia lexical. Exemplos: feliz (palavra primitiva) e infeliz (palavra derivada, formada pela palavra primitiva feliz + prefixo in). Exemplo de derivação com hífen: super-homem (palavra primitiva homem + prefixo super).

Outro recurso linguístico para a formação de palavra é a **composição**, definida pelo “processo de formação de palavras que cria novos vocábulos pela combinação de outros já existentes, dando origem a um novo significado” (Silva e Koch, 2003:41).

Diferente da **derivação**, em que se tem apenas um radical, na **composição** o item lexical é formado a partir de dois itens lexicais, compostos com ou sem modificação de sua estrutura fônica.

Segundo Silva e Koch (2003) a relação semântica que existe entre os itens lexicais na composição pode ser maior, ou pode desaparecer em muitos casos.

Através desse processo (composição) combinam-se dois morfemas lexicais, operando-se entre eles uma fusão semântica, que pode ser mais ou menos completa. Assim, por exemplo, em guarda-chuva, o significado de cada elemento persiste com certa nitidez; já em pé-de-moleque, este significado praticamente desaparece para dar lugar a outro. (Silva e Koch, 2003:41)

Dependendo da fusão dos diferentes léxicos, a composição pode ser por aglutinação ou justaposição. Nesta última as palavras são unidas, mantendo a mesma autonomia fonética. Na aglutinação as palavras se fundem num todo fonético, e pode ocorrer a perda de uma vogal ou consoante (Silva e Koch, 2003). São exemplos de aglutinação *planalto* (com a perda da vogal *o* do vocábulo plano); *pontiagudo* (etimologicamente *ponta+e+agudo*); aguardente (*água+ardente*). São exemplos de justaposição amor-perfeito, guarda-noturno, decreto-lei.

Como se pode notar, o processo de formação de um novo léxico abarca a possibilidade de transformação da palavra por meio do uso de afixos a ela aderidos (derivação) ou pela junção de dois ou mais léxicos, que a despeito de serem distintos entre si, se unem para compor significados mais ou menos complexos (composição).

A possibilidade de se usar, pois, mais de um substantivo na composição lexical de um termo que exprima um novo significado desejado, encontra razão de ser exatamente por não se poder criar, para esse fim, léxicos novos, destituídos de semelhança semântica com outros, já partilhados pelos falantes da língua. Isso, como vimos, acarretaria uma sobrecarga da memória, levando a um estado de prejuízo à comunicação.

## 3- Áudio-descrição: derivação ou composição?

***Áudio***, em áudio-descrição, ao contrário do que se pode acreditar, não é um prefixo, mas um radical latino, com significação própria, por isso o vocábulo áudio-descrição deve ser grafado com hífen. Logo, tem-se que o processo de formação de áudio-descrição deu-se de item lexical (áudio- substantivo) + item lexical (descrição – substantivo).

Em outras palavras, há quem pense que ***áudio*** em áudio-descrição é como audiovisual, audiofone, portanto um léxico formado por derivação, o que não é.

Fosse a formação da palavra áudio-descrição feita por derivação, o morfema ***áudio***, em áudio-descrição, deveria ser obrigatoriamente um prefixo, o que no caso em discussão não é, posto que áudio não meramente modifica descrição, mas compõe com esta um novo conceito, o de tradução visual.

A esse respeito já dizia Tavares et al (2010):

é relevante esclarecer que as dúvidas quanto à escrita adequada de áudio-descrição surgem em razão da interpretação das regras que orientam a ortografia de vocábulos como audiovisual, audiofone, audiograma, audiometria etc as quais, de acordo com o Scarton e Smith (2002) e Rios (2009), são constituídas pelo prefixo latino áudio (*lat audio*), sendo nestes casos desnecessário o uso do hífen, pois este prefixo é um morfema que se coloca antes dos radicais (parte fixa, invariável da palavra) basicamente a fim de modificar-lhes o sentido e raramente produz mudanças na classe gramatical da palavra primitiva. (p.4)

Como se vê, para que o termo ***áudio*** fosse um prefixo em áudio-descrição, ter-se-ia de pensar que áudio-descrição seria uma mera descrição sonorizada, ou quem sabe uma descrição do som.

Ora áudio-descrição não é nem uma coisa, nem outra. Áudio-descrição é um gênero tradutório, não lingual, cujas diretrizes principais são:

* descreva o que você vê;
* descreva de modo claro, conciso, correto, específico e vívido;
* descreva com o registro linguístico e locução, quando aplicável, condizentes/determinados pela obra;
* e, acima de tudo, descreva com o fim de *empoderar* a pessoa com deficiência na tomada de decisão, na apreciação, autônoma ou mesmo assistida, de uma dada obra. (Lima e Lima, 2012)

## 4- Áudio-descrição à luz do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Mas, como fica então a grafia da palavra áudio-descrição, segundo as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa?

Como grafar corretamente o significante que acompanha o conceito “tradução visual de um elemento ou elementos visuais em palavras”?

Segundo o Decreto Nº. 6.583/2008, que promulga o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*:

**Base XV**

**Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares**

1º) Emprega -se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, **constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio,** podendo dar -se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: *ano-luz,* *arce-bispo, arco-íris, decreto -lei, és -sueste, médico-cirurgião, rainha -cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto*; *alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano*; *afro-asiático, afro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira*; *conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva*.

*Obs*.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista*, etc.

[...]

**Base XVI**

**Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação**

1º) Nas formações com prefi xos (como, por exemplo: *ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-,* etc.) e em formações por recomposição, isto é, comelementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: *aero-, agro-, arqui-, auto-, bio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto*-, *pseudo-, retro-, semi-, tele-,* etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos: [...] (disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/media/O%20Acordo%20Ortogr%C3%A1fico%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa_anexoI%20e%20II.pdf> ; acesso em 08.11.2012):

Vê-se que o Acordo afirma que se emprega hífen nas palavras que constituem uma **“unidade semântica e mantêm o acento próprio”**. Ora, áudio-descrição é formada por dois substantivos que não perderam a unidade semântica anterior, e que, na composição do conceito conhecido como tradução visual de eventos visuais, adquirem uma semântica própria e, a propósito, mantém o acento em *áudio*. Quando se compara as palavras **áudio-descrição** com **paraquedas**, percebe-se que a primeira mantém a significação da justaposição áudio + descrição, designando semântica própria para o termo, e não é nem áudio nem descrição, diferente de paraquedas, que designa um objeto com o fim de “parar quedas”.

Embora o Acordo não traga nenhum exemplo com “audio” (sem acento) ou “áudio” (com acento), são vários os autores que citam “audio-” (sem acento) como sendo um prefixo da Língua Portuguesa e o exemplificam com, entre outras, a palavra “audiovisual”[[5]](#footnote-5):

Pelo que determina a *Base XVI*, se se considera que toda e qualquer palavra iniciada por “audio” (sem acento) tenha este como prefixo, o não uso de hífen em “audiodescrição” estaria em acordo com a gramática normativa da Língua Portuguesa.

No entanto, é o substantivo “*áudio”* (com acento), e não o prefixo “*audio*-” (sem acento), que está presente em áudio-descrição, uma vez que “áudio” (prefixo), apenas modificaria o radical, como por exemplo em *audiolivro* (livro em áudio), *audiograma* (curva característica da sensibilidade do ouvido aos diversos sons), termos que não são especializações distintas dos léxicos que as compõem, mesmo caso de audiovisual, discutido mais adiante.

Em *Gramática On-Line[[6]](#footnote-6)*, do Professor Dilson Catarino, discute-se o uso de hífen após prefixos ou falsos prefixos, segundo o novo *Acordo Ortográfico*: “prefixos ou falsos prefixos são elementos que não existem isoladamente como palavra da Língua Portuguesa”. No *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (FERREIRA, 2009, p. 228), por exemplo, é encontrado “audi(o)-” (um prefixo) e “áudio” (um substantivo).

Assim, “audio” (prefixo) e “áudio” (substantivo) têm grafias diferentes porque têm significados diferentes; e, consequentemente, seguem regras ortográficas diferentes: significante e significado indissociáveis na composição do signo linguístico.

Dessa forma, a *Base XVI*, que regula o uso do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação, não serve de parâmetro para se justificar a eliminação do hífen em áudio-descrição, pois esta palavra se forma pela composição por justaposição.

Por outro lado, a *Base XV, que* observa que os compostos, em que se perdeu a noção de composição, grafam-se aglutinadamente (girassol, madressilva, mandachuva, pontapé), também não serve para justificar a exclusão do hífen em áudio-descrição, visto que diferente de mandachuva (pessoa importante), termo que claramente perdeu a noção de composição e nada mais tem que ver com *mandar* e *chuva*, ou mandar na chuva, áudio-descrição, além de compor um novo léxico, é, sabidamente, vocábulo de construção recente e conceituação específica, portanto não se pode falar que perdeu a noção de composição.

## 5- Áudio-descrição e audiovisual

Um dos mais conhecidos blogs brasileiros destinado à difusão da áudio-descrição, o Blog da Audiodescrição[[7]](#footnote-7), discute a controvérsia da grafia dos termos.

O *blogueiro* responsável por aquela página na *internet* respeita a diferença de ortografia dos autores que colaboram com o sítio, mas assume posição a favor do não uso do hífen, sob a compreensão que construiu do assunto. No excerto abaixo, pode-se ver o entendimento que o Blogueiro alcançou da leitura do novo Acordo da Língua Portuguesa sobre o uso ou não do hífen:

“... o novo acordo ortográfico criou exceção da exceção, ao indicar que palavras já consagradas sem o hífen mantenham a grafia, como girassol, por exemplo (sm (girar+sol) Planta composta ornamental, de sementes oleaginosas (Helianthus annuus), cujas flores se voltam para o sol).

Nenhuma outra palavra está tão intimamente vinculada a ‘audiodescrição’ do que a palavra ‘audiovisual’, que tem sua grafia plenamente consagrada sem o hífen. ”

O que o *blogueiro* não percebeu é que no caso da palavra girassol, perdeu-se a noção de composição, isto é, do significado dos termos originais que compõem a palavra, conforme visto na Base XV do Acordo Ortográfico, regra que não se aplica ao léxico áudio-descrição.

O Blog também firma sua posição da grafia de “audiodescrição”, sem hífen, por analogia à “audiovisual”.

Mas em que medida áudio-descrição está intimamente vinculada à “audiovisual” como quer entender o blogueiro? Ora, a*udiovisual* não passa da junção de “áudio” + “visual”, em que se mantém o sentido de cada léxico, sem a criação de um novo campo semântico. De forma simplificada, um recurso audiovisual é um recurso que tem algo para ser ouvido e visto. Uma sala de audiovisual é uma sala onde se encontram aparelhos de som, rádio, TV, DVD, projetores, etc., e não um local distintamente designado por um novo sentido ou conceito.

Portanto, a similaridade que há entre “audiovisual” e áudio-descrição limita-se aos respectivos significantes. Sem haver também similaridade entre os significados dos dois termos, não caberia justificar a ausência de hífen em um, simplesmente porque o outro tampouco o tem; devem-se respeitar as regras de ortografia para cada caso.

Então, resta elucidar se, em “áudio-descrição” (ou “audiodescrição”), as lexias “áudio” e “descrição” constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, ou se houve a perda da noção de composição (Base XV do Acordo Ortográfico).

Como já foi dito, o termo em discussão é de uso recente no Brasil, portanto, não faz sentido pensar em perda da noção de composição. Prova de que é um conceito novo, isto é, de uso recente, não houve sequer por parte dos dicionaristas (lexicólogos/terminólogos), sua inclusão nos dicionários de Língua Portuguesa.

Outra justificativa apresentada pelo Blog da Audiodescrição para a escolha do uso do termo áudio-descrição sem hífen, recai sobre o incômodo de se criar um termo próprio para a técnica da áudio-descrição. O *blogueiro* questiona:

“será que o fato da descrição de imagens para pessoas com deficiência possuir **técnicas específicas** e diferentes da descrição de imagens para quem enxerga seria motivo tão relevante a ponto de justificar a diferenciação ortográfica(?)”[[8]](#footnote-8) (grifos nossos)

Para responder a esta questão, toma-se o conceito de Marconi e Lakatos (2010), as quais afirmam que toda vez que se busca uma investigação de caráter reflexivo, sistemático e crítico, faz-se necessária uma definição clara dos termos que utilizaremos nesta investigação. Quanto mais apurado e correto o uso de termos, melhor será a compreensão da realidade observada. Para as autoras:

O pesquisador não está precisamente interessado nas palavras, mas nos conceitos que elas indicam, nos aspectos da realidade empírica que elas mostram. (MARCONI E LAKATOS, p.163)

No caso da escolha que se faz do termo áudio-descrição ou audiodescrição, o pesquisador que se debruça nesta investigação tem que ter clara a conceituação desse gênero tradutório. Logo, não se trata de meramente criar termos novos, nem de apropriar-se descuradamente de termos existentes. Trata-se de recorrer ao refinamento do termo áudio-descrição, com vistas a distingui-lo do senso comum, de possíveis entendimentos equivocados ao se enunciar áudio-descrição para fins de estudo científico, visto que a áudio-descrição é campo de pesquisa assim no Brasil como no exterior. Conforme Marconi e Lakatos:

É importante definir todos os termos que possam dar margens a interpretações errôneas. O uso de termos apropriados, de definições corretas, contribui para a melhor compreensão da realidade observada. (MARCONI e LAKATOS, 2010: 162).

Como se depreende da explicação das autoras, a resposta à indagação formulada pelo *blogueiro* Paulo Romeu Filho (“será que o fato da descrição de imagens para pessoas com deficiência possuir técnicas específicas e diferentes da descrição de imagens para quem enxerga seria motivo tão relevante a ponto de justificar a diferenciação ortográfica?”) ao refletir sobre o emprego do hífen na grafia de áudio-descrição, não pode ser outra que não na afirmativa. Isto é, deve-se respeitar a criação do novo termo, consoante o que ele encerra, sem preconceito ou paternalismo para com os destinatários do serviço que o léxico define. Para isso é necessário que se o grafe correta e distintamente, posto que este vocábulo é uma terminologia especializada de um léxico específico, o qual está no campo científico, muito embora esteja igualmente apropriado pelo comum das pessoas. Assim, da mesma forma que não se vai deixar de grafar conta-gotas com hífen, meramente porque um médico já teria de explicar ao paciente leigo como fazer uso desse dispositivo, não se haverá de querer grafar áudio-descrição como se fosse um termo derivacional, por prefixação, meramente esteado no argumento de que se estaria obrigando às pessoas com deficiência a dar mais explicações sobre o recurso da áudio-descrição, como reclama o blogueiro:

“não estaríamos obrigando as pessoas com deficiência, usuárias da audiodescrição, a dar mais uma de tantas explicações sobre um recurso ainda pouco conhecido da sociedade em geral(?);”[[9]](#footnote-9)

Por outro lado, embora não seja objetivo deste trabalho falar sobre barreiras atitudinais, é relevante dizer que constitui barreira atitudinal crassa pretender que as pessoas com deficiência visual são incapazes de explicar qual o recurso de que faz uso (Lima, Guedes e Guedes, 2010).

De qualquer modo, o fato de não se saber a morfologia de uma palavra, a grafia dela, ou mesmo o conceito exato que ela detém, não significa que um sujeito não possa usar dessa palavra e/ou do serviço que ela encerra.

Afinal será que todas as pessoas que usam guarda-chuva sabem que este substantivo composto se grafa com hífen? O fato é que tanto guarda-chuva quanto áudio-descrição obedecem à mesma regra ortográfica prescrita, assim no acordo ortográfico anterior como no atual.

## 6- Áudio-descrição no dicionário

Como em várias situações quando não se tem certeza sobre o significado e/ou grafia das palavras, o dicionário costuma ser fonte bastante segura para se dirimir dúvidas.

Na nossa sociedade,

“os dicionários (sejam monolíngues, bilíngues, glossários, impressos, online etc.) são a principal fonte de consulta para todo aquele que quer saber algo a respeito do funcionamento do léxico de uma língua: grafia, ortografia, conjugação de verbos, significados, pronúncia, o equivalente em outro idioma etc.”. (SEEMANN, 2011, p. 20)

Além disso, segundo Biderman (2001, p.17), os dicionários possuem extrema importância e relevância nas civilizações modernas. Como obras de referência, os dicionários recebem da população geral o status de “autoridade”, pois se acredita que eles foram criados sem nenhuma imperfeição; aquilo que está no dicionário está correto (JACKSON, 2002).

Ao investigar os principais dicionários da Língua Portuguesa, do Brasil e de Portugal, nas versões impressas e eletrônicas, contudo, não se encontra o verbete áudio-descrição, e, por conseguinte, não se pode confirmar a hipótese de os lexógrafos concordarem que áudio-descrição é um vocábulo derivado e não um léxico novo, com significado especializado, composto de duas outras palavras com significados distintos. Por outro lado a literatura pátria e lusitana ora grafam os termos *áudio* e *descrição* unidos com hífen, ora os grafam unidos sem hífen, e há mesmo os que grafam em separado ou junto com acento agudo em áudio (Lima et al, 2009).

O Instituto Antônio Houaiss, no livro Escrevendo pela Nova Ortografia, afirma que:

“ No que respeita ao emprego do hífen, não há propriamente divergências entre a norma ortográfica lusitana e a brasileira. Ao compulsarmos, porém, os dicionários portugueses e brasileiros e ao lermos, por exemplo, jornais e revistas, deparam-se-nos muitas oscilações e um largo número de formações vocabulares com grafia dupla, ou seja, com hífen e sem hífen, o que aumenta desmesurada e desnecessariamente as entradas lexicais dos dicionários. Estas oscilações verificam-se sobretudo nas formações por prefixação e na chamada recomposição, ou seja, em formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina.” (2009:124).

Com a atual ausência do termo áudio-descrição nos dicionários, muitos brasileiros buscam outra fonte de referência de igual (ou até, maior) prestígio: a Academia Brasileira de Letras (ABL). Na internet, a instituição oferece a possibilidade de se sanar dúvidas referentes à língua por meio de perguntas (“ABL Responde”, disponível em: <http://academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=569>; acesso em 07.11.2011).

Dessa forma, enviamos a pergunta sobre qual seria a grafia correta (“audiodescrição” ou “áudio-descrição”), acompanhada de uma breve explicação sobre a que estamos nos referindo; o significado do termo. Em menos de duas horas a pergunta foi respondida (via correio eletrônico):

“Resposta: Prezado, seguindo os registros do VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), da ABL, para audiofone, audioamplificar, audiofrequência, audiovisual, audiotransformador, escreva audiodescrição.”

Ou seja, segundo a ABL, o termo não tem hífen, o que, para muitas pessoas, seria o final da discussão; como se costuma dizer nas conversas informais: se a ABL falou, está falado. É o status de autoridade a que nos referimos acima. Porém, fica clara a total falta de justificativa minimamente satisfatória na resposta da ABL, sequer houve qualquer citação das normas do Acordo Ortográfico ou outra fonte de referência que sustentasse a posição da Instituição sobre o fato.

Ao contrário, a resposta da ABL reforça o equívoco em se atribuir a ausência do hífen na grafia por analogia a outras palavras já dicionarizadas, mas que, conforme já discutimos, têm similaridade apenas entre os significantes.

Como explicado, o termo que aqui discutimos é composto por dois substantivos, “áudio” e “descrição”. Ambos mantêm o acento próprio e constituem uma unidade sintagmática e semântica. Portanto, pela Base XV do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o termo deve ser grafado com hífen: “áudio-descrição”.

## 7- Considerações Finais

Claro está que “audiodescrição”, pois, é diferente de “áudio-descrição”. Aquela se constitui semanticamente como descrição em áudio, enquanto esta se estrutura em torno de um gênero tradutório, cujas técnicas visam à tradução de um evento visual em palavras, que por sua vez eliciarão imagens na mente de quem as recebe.

Simplificar que áudio-descrição é apenas passar da imagem vista para o áudio a ser ouvido, seria desconsiderar o objetivo de traduzir em palavras eventos visuais inacessíveis aos que estão, temporária ou permanentemente, incapazes de os ver, ignorando que a áudio-descrição prima por *empoderar* sobretudo as pessoas com deficiência a respeito do evento visual, estático ou dinâmico.

De outra forma, do ponto de vista morfológico, e em consonância com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, significa reiterar que grafar áudio-descrição com hífen é entender que este léxico se formou pelo processo de composição, e que o termo encerra um conceito novo e especializado, que não se constitui por um processo de derivação, posto que não é a simples descrição falada, mas que se constitui por um processo de composição, dado que é uma tradução visual dos eventos visuais/imagéticos , destinada, principalmente às pessoas com deficiência visual, pessoas cegas ou com baixa visão.

Portanto, grafar áudio-descrição (com hífen) não é meramente um preciosismo linguístico. É, ao contrário, a observância do que determina a Base XV do Decreto Nº. 6.583/2008 e é, principalmente, assumir posição diferenciada sobre a conceituação do termo áudio-descrição, distinguindo-o de descrição em áudio (descrição falada) para conceituá-lo como tradução visual (áudio-descrição daqueles eventos visuais, os quais, por alguma razão, não estejam disponíveis ao indivíduo com deficiência visual e/ou outras), seja porque tais eventos não são/estão deduzidos pelos sons, pela trilha sonora da obra, seja porque não são/estão deduzidos pela cognição ou pelo intelecto do espectador/observador.

## Referências

**ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**. Disponível em: http://www.academia.org.br . Acesso em 07.11.2011.

BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português**. Petrópolis: Vozes, 1980

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **As ciências do léxico**. In: OLIVEIRA, A. M. P. e ISQUERDO, A. N. (Orgs.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2ª ed. Campo Grande: UFMS, p. 13-22, 2001.

**BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO**. Disponível em: http://www. blogdaaudiodescricao.com.br/. Acesso em 07.08.2012.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP. (1990, 1ª edição), 1991.

BRASIL, Decreto Nº. 5.296/2004. Disponível em <http://agenda.saci.org.br>

BRASIL, Decreto Nº. 6.583/2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm>

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org). **Gramática do português falado**, Volume III: As abordagens. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

CHOMSKY, NOAM. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Tradução Lúcia Lobato. Brasília: Editora UnB, 1998.

**Escrevendo pela Nova ortografia: como usar as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Coordenação e Assistência de José Carlos de Azeredo. 3 ª ed. São Paulo: Publifolha, 2009

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4ª ed. Curitiba: Editora Positivo, p. 228, 2009.

GRAMÁTICA ON LINE, disponível em http://www.gramaticaonline.com.br/texto/ Acesso em 11.11.2012.

JACKSON, Howard. **Lexicography - An Introduction**. London: Routledge, 2002.

LIMA, F. J. O Que é a Áudio-Descrição e Quem a Utiliza. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), 2010. Disponível em < http:// www. rbtv.a ssocia dosdainclusao.com.br/index.php/principal/announcement / view/41> Acesso: 20 jun. 2010.

LIMA, Francisco José, e LIMA, Rosângela a. Ferreira. Lições basilares para a formação do áudio-descritor empoderativo. **Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)**, vol. 11. 2012. Disponível em < http://www.rbtv.associados dainclusao .com.br. > Acesso: 14 outubro de 2012.

LIMA, Francisco José de; LIMA, R.A.F., VIEIRA, P. A. M. O Traço de União da Áudio-descrição: Versos e Controvérsias, Vol. 1. **Revista Brasileira de Tradução Visua**l (RBTV) 2009. Disponível em < http://www .rbtv. associados dainclusao .com.br/index.php/. > Acesso: 14 maio 2009.

LIMA, F. J. ; LIMA, R. A.F., GUEDES, L. C. Em Defesa da Áudio-descrição: contribuições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Vol 1. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTV) 2009. Disponível em < http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/.> Acesso: 28 fev. 2010.

LIMA, Francisco J., GUEDES, Lívia C; GUEDES, Marcelo C. Guedes . Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTV) 2010. Disponível em < http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/> Acesso: 28 abr.2010.

MARCONI, M. A. ; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eduardo. **Uso do hífen**. Barueri : Manole, 2006.

MARTINS (2006, p.79). **Manual de redação da PUC-RS**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/manualred/hifen.php>; Acesso em 11.11.2012.

MATTOSO CÂMARA Jr, Joaquim. **Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1977.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

RONALD W. LANGACKER. **Linguagem e sua estrutura**. Petrópolis: ed. Cortez, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2003 (1916).

SEEMANN, Paulo Augusto Almeida. **A construção de um glossário bilíngue de futebol com o apoio da Linguística de Corpus.** Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Maria Cecilia P. de S.e KOCK, Ingedore Villaça. **Linguistica aplicada ao português: morfologia.***14ª Ed.* São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Prof. Sérgio Nogueira Duarte - **Reforma Ortográfica**. Disponível em: <http://urutau.proderj.rj.gov.br/intranet\_rj\_imagens/arquivos/uploads/Apostila\_Reforma\_Ortografica.pdf>; Acesso em 11.11.2012.

SNYDER, Joel. **Áudio-descrição: uma ajuda para a literacia**. Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), 2011. Vol. 6. Disponível em < http://www .rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/. > Acesso: 10 jun.2012.

TAVARES, Fabiana S. S.; BONA, Viviane de; SILVA, Andreza da Nóbrega Arruda; CARVALHO, Isis Carvalho; SILVA, Elisangela Viana da. **Reflexões sobre o pilar da áudio-descrição: “descreva o que você vê”.** Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV), 2010. Vol. 4. Disponível em < http://www .rbtv. associados dainclusao .com.br/index.php/. > Acesso: 20 set.2010.

1. Professor, tradutor e radialista. Mestre em Letras (USP), graduado em Letras - Espanhol/Português (USP) e em Comunicação Social - Rádio e TV (FAAP). [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Letras; Pesquisadora do Centro de Estudos Inclusivos (CEI/UFPE); Áudio-descritora (raflim@ig.com.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos (CEI/UFPE); Idealizador e Formador do Curso de Tradução Visual com ênfase em Áudio-descrição “Imagens que Falam” (CEI/UFPE); Professor da disciplina de áudio-descrição no curso de Rádio, TV e *Internet* da UFPE; Idealizador/Responsável Pela Página Sobre Direito Inclusivo “Direito Para Todos” ( [www.direitoparatodos.associadosdainclusao.com.br](http://www.direitoparatodos.associadosdainclusao.com.br)). ([limafj@associadosdainclusao.com.br](mailto:limafj@associadosdainclusao.com.br) e limafj.br@gmail.com) [↑](#footnote-ref-3)
4. Sobre o conceito de palavra, forma livre, forma presa, forma dependente, palavra primitiva, consulte Mattoso Câmara (1970). [↑](#footnote-ref-4)
5. Ver em Martins (2006, p.79), manual de redação da PUC-RS (disponível em: <http://www.pucrs.br/manualred/hifen.php>; acesso em 11.11.2012); Prof. Sérgio Nogueira Duarte da Silva - Reforma Ortográfica (disponível em: <http://urutau.proderj.rj.gov.br/intranet\_rj\_imagens/arquivos/uploads/Apostila\_Reforma\_Ortografica.pdf>; acesso em 11.11.2012), etc. [↑](#footnote-ref-5)
6. Disponível em <http://www.gramaticaonline.com.br/texto/> ; acesso em 11.11.2012) [↑](#footnote-ref-6)
7. (disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2010/07/qual-grafia-correta-audiodescricao-ou.html>; acesso em 07.08.2012) [↑](#footnote-ref-7)
8. (disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2010/07/qual-grafia-correta-audiodescricao-ou.html>; acesso em 07.08.2012) [↑](#footnote-ref-8)
9. (disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2010/07/qual-grafia-correta-audiodescricao-ou.html>; acesso em 07.08.2012) [↑](#footnote-ref-9)